



Lúcio

ALCÂNTARA

Ceará forte

O LEMBRADO NA PREFERÊNCIA POPULAR
ÇÃO É UMA SÓ: OPOSIÇÃO A SARNEY
Á É SEMPRE A PRIMEIRA PREOCUPAÇÃO

BRASÍLIA — 1988

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CEARÁ FORTE

*Pronunciamentos do
Deputado Lúcio
Alcântara*

**Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Publicações
BRASÍLIA — 1988**

CÂMARA DOS DEPUTADOS
SEPARATAS DE DISCURSOS, PARECERES E PROJETOS
48ª Legislatura — 2ª Seção Legislativa
Nº 135

SUMÁRIO

— Desafio aos constituintes estaduais	5
— Temos Constituição	7
— Pastoral legislativa	9
— Ementas de discursos/1987	11
— Ementas de discursos/1988	13
— Projetos apresentados	19
— Encaminhamento de proposições	21

DESAFIO AOS CONSTITUINTES ESTADUAIS

Lúcio Alcântara ()*

No momento em que se aproxima a data da promulgação da nova Constituição federal, convém lembrar a tarefa que está reservada às assembleias legislativas estaduais pelo art. 13 do projeto do Ato das Disposições Transitorias Constitucionais, em votação em segundo turno. Pois caberá ao Legislativo estadual, com poderes constituintes, elaborar, no prazo de um ano, a nova Constituição do Estado do Ceará.

Poderá parecer estranho que, tendo a Assembleia Nacional Constituinte consumido quase dois anos para encerrar os seus trabalhos, venha impor, às vésperas das eleições municipais e do tradicional recesso de fim de ano, um prazo de apenas 12 meses para que os deputados estaduais completem a nova Carta.

Evidentemente, são duas situações inteiramente diferentes. A Constituição Federal partiu de milhões de desejos, vontades e aspirações para definir os princípios gerais que devem regular a vida nacional. É, portanto, um documento de alcance muito maior, que tem, inclusive, entre outras funções, o papel de balizar o teor das Constituições estaduais, porque estas são decorrência daquela.

Esta constatação não diminui a importância dos trabalhos constituintes das assembleias legislativas. Pelo contrário, até condiciona a qualidade das leis magnas estaduais. Sim, porque, necessariamente, elas serão cartas sucintas e elucidativas, destinadas a ampliar e não a reduzir os espaços para o exercício da cidadania.

Somente com a ação legislativa — e aí é preciso ressaltar a necessidade de que a Constituição cuide de fortalecer o Poder Legislativo estadual — poderão os estados praticar amplo poder discricionário. A possibilidade de editar leis sobre "florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico, responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico" poderá evitar danos irreversíveis ao patrimônio ambiental de nossa terra e a herança cultural de nossa gente. A nova organização do Poder Judiciário poderá, através do juizado de pequenas causas e da defensoria pública, democratizar efetivamente o acesso à Justiça. A própria organização da administração públi-

ca poderá ampliar os espaços de participação popular no processo de escolha pública.

A exemplo da Constituição Federal, a Carta estadual poderá destinar uma parcela da arrecadação para aplicação, através do Banco do Estado do Ceará, em programas de financiamento do setor produtivo. Da mesma forma, a Constituição poderá fixar um limite para gastos com pessoal e definir uma cota de recursos para fomento ao ensino e à pesquisa tecnológica.

Tantos aspectos a examinar e refletir dão conta da importância da Constituição estadual como instrumento de modernização do Estado, de homogeneização da sociedade e de valorização das especificidades regionais. E as mudanças a serem introduzidas poderão constar de um texto "enxuto", claro e preciso. Este é o desafio proposto aos deputados estaduais. Doze meses bastam. Os eleitores, como fazem com a Assembléia Nacional Constituinte, acompanharão, pressionarão e cobrarão. Como vota o nobre deputado?

(*) *Lúcio Alcântara é deputado federal pelo PFL.*

TEMOS CONSTITUIÇÃO

Em muitas das ocasiões que foi convocado a defender a instituição que presidiu com grande sabedoria e incansável firmeza, o Deputado Ulysses Guimarães se referiu à nova Carta do Brasil como a Constituição Cidadã. Sublinhava, evidentemente, o caráter democrático do novo texto constitucional, que consagra em letra de forma o princípio da soberania do Estado baseada no pleno exercício da cidadania. Não é por acaso que, pela primeira vez, uma Constituição brasileira anota a enunciação geral de direitos antes de descrever a organização dos poderes.

A Constituinte vem de realizar fundas transformações no aparelho institucional que preside a nossa prática social. Com tamanho alcance, não é, evidentemente, uma obra perfeita. Falhas, embora quase todas tenham sido corrigidas, ainda poderão ser apontadas aqui e ali. Analisada de um ponto de vista pessoal, a Constituição não satisfaz a ninguém. E é bom que assim seja, pois ela deve traduzir a média das vontades estabelecidas pela representação. O projeto produz a soma das necessidades e aspirações de todos os setores da vida nacional. Constitui, assim, uma carta de intenções para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. É o nosso compromisso com o Brasil do terceiro milênio. As eventuais impropriedades e omissões serão corrigidas através da mesma prática social que regula, do exercício da profissão democrática, que vão garantir a consolidação das novas instituições. A nova Constituição é o ponto de partida e não a linha de chegada.

Sua promulgação opera uma troca simbólica fundamental que marca duas épocas da vida de nosso povo, o ontem e o amanhã do Brasil. Representa um momento de tomada de consciência de um novo estado que caracteriza a mudança, produzindo novas relações entre instituições, pessoas e coisas. Como efetivo participante do processo de elaboração constitucional, percebo que o Brasil passa de um modo de ser a outro radicalmente distinto.

Nos últimos vinte meses, fui, antes de mais nada, um constituinte. Assíduo no Congresso, dediquei a maior parte do meu tempo à tarefa para a qual fui eleito por mais de 120 mil cearenses. Compareci a quase 90% das votações válidas para a aprovação do novo texto constitucional. Evidentemente, não estive ausente de Fortaleza, do Ceará e das minhas bases. A cada fim de semana tive que me desdobrar para atender aos inúmeros compromissos que

me atraíam a Fortaleza e a diversas cidades do interior. Mas a tarefa principal estava em Brasília. Por isso, principalmente por isso, não me candidatei a prefeito da capital. Na Constituinte encontrei variadas maneiras de servir aos interesses dos trabalhadores, das mulheres, das crianças, dos índios, dos municípios, do Ceará e do Nordeste. Em todas as etapas do processo constitucional — nas comissões temáticas, Comissão de Sistematização e no plenário — emprestei um concurso abnegado, responsável e desinteressado. Subscreevi 225 emendas, entre as quais 61, quase 28%, que foram aprovadas e incorporadas ao texto constitucional.

PASTORAL LEGISLATIVA

Lúcio Alcântara ()*

Nos últimos meses que tem estado em função, a Assembléia Nacional Constituinte atraiu ao Palácio do Congresso mais de dois milhões de pessoas interessadas em influenciar o processo de elaboração constitucional. Todos os setores da sociedade civil se fizeram presentes aos debates que se travaram no plenário e nas comissões desta convenção que inaugura a IV República. Trabalhadores, pequenos e grandes empresários, estudantes, profissionais liberais, produtores e consumidores, a maioria dos brasileiros — negros e mulheres — e as minorias de brasileiros trouxeram sua contribuição à nova Carta constitucional. Organizados em grupos de pressão ou meramente reunidos pelo interesse comum, legiões de cidadãos vieram a Brasília para tentar fazer constar ou excluir do texto dispositivos que beneficiavam ou contrariavam seus interesses. Os embates do espaço democrático proporcionaram um rico aprendizado que hoje nos permite distinguir a ação legítima da interferência descabida. Os jornais têm registrado tanto a correção de comportamento daqueles que agem pela persuasão e pelo convencimento como as práticas condenáveis da ameaça e do suborno.

De tantas instituições que têm trazido sua contribuição ao processo de elaboração constitucional, cabe destacar o papel exercido pela Igreja Católica, notadamente através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Atuando de maneira discreta e eficaz, a CNBB conseguiu vocalizar as aspirações da grande massa de despossuídos e estabelecer uma posição de vanguarda com relação aos direitos sociais protegidos pela nova Carta. O acompanhamento permanente dos trabalhos da Constituinte permitiu à CNBB estabelecer um diálogo com os parlamentares, acima de qualquer facciosismo, para fazer prevalecer o sentido de justiça da palavra cristã.

Na verdade, o trabalho desses religiosos começou antes mesmo da instalação da Assembléia, quando buscaram esclarecer os eleitores sobre a importância das eleições de 1986. Enquanto outros setores da sociedade se ocupavam de chamar a atenção para a escolha dos governadores, a Igreja cobrava dos futuros constituintes um compromisso com as reformas sociais.

Logo nos primeiros meses de 1987, a CNBB promoveu ampla mobilização popular para a subscrição de emendas populares relacionadas com os direitos sociais, a proteção à maternidade e à infância, a reforma agrária, o problema

do negro e a questão indígena. E durante os meses que se seguiram, quando muitos pareciam desanimar, a Igreja manteve suas posições e estimulou a negociação que resultou no texto que estamos concluindo.

O trabalho desenvolvido pela CNBB não pode ser classificado como *lobby*, mesmo que se retire qualquer conteúdo negativo que essa palavra possa ter. A Igreja atuou junto à Constituinte no cumprimento de sua missão pastoral, em observância à doutrina da opção preferencial pelos pobres. Nessa perspectiva, o trabalho de convencimento e cooptação de setores do Congresso para o apoio a dispositivos que ampliam a justiça social no Brasil constitui dever apostolar do ministério eclesiástico.

Pelo valor intrínseco das causas que patrocinou e pela ação discreta e legítima que desenvolveu, devemos nos congratular com os bispos brasileiros e destacar o exemplo de pressão legítima dessa verdadeira pastoral legislativa.

(*) *Lúcio Alcântara é deputado federal (PFL — CE) e presidente do Instituto Tancredo Neves.*

EMENTAS DE DISCURSOS/1987

Reflexos da redução do fornecimento de energia elétrica no Nordeste; as obras e os recursos financeiros que se fazem necessários para evitar o colapso energético na região.

S. 16.03 — DCN-I 17.03 — p. 284 PE

A problemática nordestina; expectativa de que a Assembléia Constituinte propicie a definição de uma estratégia de trabalho capaz de garantir a implantação de uma política redentora para a região; leitura do documento elaborado pelos constituintes nordestinos, entregue ao Presidente José Sarney, em que se sugerem as medidas emergenciais de amparo ao Nordeste.

S. 27.04 — DCN-I 28.04 — p. 1390 PE

Protesto dos segmentos produtivos do Estado do Ceará contra a escassez de crédito e as altas taxas dos juros bancários.

S. 30.03 — DCN-I 31.03 — p. 741 PE

Clima de insegurança em Iguatu, Ceará, devido às ameaças de invasão e saques, em decorrência das dificuldades que afetam a produção agrícola do município; solicitação do prefeito municipal e de lideranças locais no sentido de providência para a solução da crise.

S. 11.05 — DCN-I 12.05 — p. 1605 PE

Homenagem à memória de Luís Assunção, músico e compositor, e à de José Fernandes, médico, ambos cearenses.

S. 18.05 — DCN-I 19.05 — p. 1714 PE

Aplausos ao Relator Bernardo Cabral pela inclusão no Substitutivo ao Projeto de Constituição das propostas apresentadas pelas bancadas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Precariedade do sistema de transporte ferroviário de passageiros no Estado do Ceará.

S. 21.09 — DCN-I 22.09 — p. 2863 PE

Pedido de revisão da decisão da Mesa Diretora, que limitou a um dia da semana a realização das sessões da Câmara dos Deputados.

S. 06.10 — DCN-I 07.10 — p. 3044 PQ

Transcrição nos anais da Câmara dos Deputados do artigo intitulado “Um ataque hipócrita”, publicado na revista *Veja*, que analisa a importância da participação dos políticos para a garantia do processo de transição democrática e faz advertência sobre a campanha de desmoralização e descrédito desenvolvida contra a classe política.

S. 13.10 — DCN-I 14.10 — p. 3112 PQ

Reclamação quanto à omissão da Mesa Diretora em decidir sobre requerimento anteriormente apresentado para a realização de maior número de sessões da Câmara dos Deputados.

S. 20.10 — DCN-I 21.10 — p. 3147 R

Protesto contra a indicação, pelo Governo federal, dos Municípios de Jucás e Jaguaratama, no Ceará, para depósito de lixo atômico.

S. 19.11 — DCN-I 20.11 — p. 3437 PQ

Dificuldades dos agropecuaristas nordestinos em decorrência da incidência de correção monetária nos empréstimos rurais.

S. 01.12 — DCN-I 02.12 — p. 3611 PQ

EMENTAS DE DISCURSOS/1988

Necessidade de adoção de providência, pelo Ministério das Minas e Energia e pela Chesf, para o esclarecimento dos freqüentes cortes de energia elétrica em Fortaleza, Estado do Ceará.

S. 02.03 — DCN-I 03.03 — p. 342 PE

Retenção indevida, pelos Governos nos Estados de São Paulo e de Minas Gerais, da RGG — Reserva Global de Garantia — na área de eletrificação.

S. 04.03 — DCN-I 05.03 — p. 407 PE

Demissão do Sr. Camilo Calazans da presidência do Banco do Brasil S.A.

S. 08.03 — DCN-I 09.03 — p. 495 PE

Homenagem póstuma ao ex-Deputado Colombo de Souza.

S. 08.03 — DCN-I 09.03 — p. 514 H

Negociação em torno do sistema de governo a ser adotado na futura Constituição.

S. 14.03 — DCN-I 15.03 — p. 658 PE

Transcurso do Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial. Documento “Transição e Reforma, uma Proposta Social-Liberal”.

S. 21.03 — DCN-I 22.03 — p. 841 PE

Necessidade de restauração da malha rodoviária cearense. Combate ao desmatamento da serra de Maranguape, Estado do Ceará.

S. 19.04 — DCN-I 20.04 — p. 1192 PE

Má remuneração do produtor de feijão no Estado do Ceará.

S. 26.04 — DCN-I 27.04 — p. 1377 CL

Funcionamento precário da Divisão de Medicamentos (Dimed), da Divisão de Alimentos (Dinal) e da Divisão de Cosméticos (Dicop) do Ministério da Saúde.

S. 11.05 — DCN-I 12.05 — p. 1676 PE

Tentativa de fechamento, pela Prefeitura de Fortaleza, Estado do Ceará, da Fundação Educacional de Fortaleza.

S. 17.05 — DCN-I 18.05 — p. 1820 PE

Extensão da proibição de nomeações, transferências, demissões e readaptações de funcionários públicos às três esferas de poder, com a supressão da expressão “do Município”.

S. 18.05 — *DCN-I* 19.05 — p. 1886 CL

Encaminhamento da votação de destaque para supressão da expressão “do Município” do art. 27 do segundo substitutivo.

S. 18.05 — *DCN-I* 19.05 — p. 1893 EV

Campanha Nacional contra a Poliomielite Infantil.

S. 19.05 — *DCN-I* 20.05 — p. 1918 PE

Implantação de indústria de transformação de resíduos químicos em Caucaia, Estado do Ceará.

S. 25.05 — *DCN-I* 26.05 — p. 2042 PE

Inconveniência e ilegalidade do Decreto-Lei nº 2.423.

S. 01.06 — *DCN-I* 02.06 — p. 2086 PE

Encaminhamento de votação de requerimento para suspensão da sessão em virtude do falecimento do Senador Virgílio Távora.

S. 06.06 — *DCN-I* 07.06 — p. 2128 EV

Concessão, pela Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, da Medalha “Edson de Queiroz” ao industrial Ivens Dias Branco.

S. 13.06 — *DCN-I* 14.06 — p. 2189 PE

Necrológio do deputado estadual cearense Teófilo Girão.

S. 21.06 — *DCN-I* 22.06 — p. 2409 PE

Efeitos de eventual desregularização do mercado triticultor na economia nacional.

S. 24.06 — *DCN-I* 25.06 — p. 2553 PE

Inconveniência da extinção da Embrater e das Emater.

S. 15.08 — *DCN-I* 16.08 — p. 2814 PE

Necessidade de moderação governamental nos próximos reajustes das tarifas de energia elétrica.

S. 12.09 — *DCN-I* 13.09 — p. PE

Congratulações ao Sistema Verdes Mares de Comunicações, do Grupo Edson Queiroz, pelo recebimento do troféu “Sereia de Ouro” de 1988, Estado do Ceará.

S. 14.09 — *DCN-I* 15.09 — p. PE

Atual desarticulação da política governamental atinente aos transportes urbanos e ao meio ambiente.

S. 20.09 — *DCN-I* 21.09 — p. PE

Inauguração em Sobral, Estado do Ceará, de busto do ex-Senador José Ermírio de Moraes.

S. 11.10 — *DCN-I* 12.10 — p. PE

Reflexões sobre a problemática do desenvolvimento urbano.

S. 12.10 — *DCN-I* 13.10 — p. PE

Consolidação do pluripartidarismo com o resultado das eleições municipais de 15 de novembro.

S. 21.11 — *DCN-I* 22.11 — p. PE

Prolongamento da greve dos servidores das universidades federais; apelo ao ministro da Educação e ao presidente da República no sentido de que reabram as negociações com os grevistas.

S. 04.01 — *DANC* 05.01 — p. 6269 PE

Pedido de informações à Mesa da Assembléia Constituinte sobre o funcionamento do painel eletrônico.

S. 28.01 — *DANC* 29.01 — p. 6669 L

Necessidade de revisão, pelo Governo federal, da cobrança de correção monetária plena nas operações de crédito agrícola no Nordeste.

S. 29.01 — *DANC* 30.01 — p. 6716 PE

Alerta ao Governo federal para a urgência da adoção de medidas que visem superar a crise que o fracasso do Plano Cruzado criou para as microempresas.

S. 09.02 — *DANC* 10.02 — p. 7109 PE

Validade do sistema único de saúde para a melhoria dos padrões médico-sanitários e assistenciais nos Estados. Solidariedade aos funcionários da saúde do Estado do Ceará, em greve.

S. 11.02 — *DANC* 12.02 — p. 7269 PE

Inconformidade do orador com o texto da fusão das emendas ao § 53 do art. 6º, resultante de acordo das lideranças, por excluir a possibilidade de a pessoa jurídica propor ação popular, o que significa um retrocesso em relação ao que está no projeto da Comissão de Sistematização.

S. 11.02 — *DANC* 12.02 — p. 7300 PO

As agressões e acusações feitas à Assembléia Constituinte pelo presidente da República e alguns de seus ministros com o objetivo de confundir a opinião pública e levá-la ao descrédito com relação à instituição; necessidade de agilizar-se os trabalhos da Assembléia Constituinte.

S. 22.02 — *DANC* 23.02 — p. 7439 PE

Questão de ordem sobre a conveniência de prévia distribuição aos constituintes dos textos resultantes de fusões.

S. 01.03 — *DANC* 02.03 — p. 7894 QO

Encaminhamento de votação, em primeiro turno, do Projeto de Constituição — Título III, Capítulo IV, Emenda nº 217, ao art. 31 do Substitutivo do “Centrão” (votação das leis orgânicas dos municípios, pelas assembleias legislativas).

S. 08.03 — *DANC* 09.03 — p. 8191 EV

Necessidade de prévia fixação, pela Mesa, do horário para o término das sessões da Assembleia Constituinte.

S. 15.03 — *DANC* 16.03 — p. 8509 PO

Encaminhamento de votação, em primeiro turno, do Projeto de Constituição — Título IV, Capítulo I, Seção II, Destaque nº 614, ao art. 61 do Substitutivo do “Centrão” (art. 63 do Projeto de Constituição) (*quorum* de 1/5 dos integrantes de cada Casa do Congresso Nacional).

S. 16.03 — *DANC* 17.03 — p. 8547 EV

Contradita à manifestação do Constituinte José Genoíno a propósito do entendimento das lideranças para votação da parte do Projeto de Constituição referente ao Poder Legislativo.

S. 18.03 — *DANC* 19.03 — p. 8654 PO

Encaminhamento de votação, em primeiro turno, do Projeto de Constituição — Título IV, Capítulo I, Seção IX, fusão dos Destaques nºs 1.166, 766, 976 e 997, dos Constituintes José Dutra, Mussa Demes, Antônio Carlos Konder Reis e Benito Gama, respectivamente, do inciso VI e o art. 85 (fiscalização, pelo Tribunal de Contas da União, da aplicação de recursos repassados pela União aos Estados, municípios e Distrito Federal).

S. 21.03 — *DANC* 22.03 — p. 8693 EV

Questão de ordem sobre necessidade da adoção de providências pela Mesa com vistas ao disciplinamento do processo de inscrição dos constituintes para encaminhamento de votação das matérias constantes da pauta.

S. 23.03 — *DANC* 24.03 — p. 8790 QO

Riscos de racionamento de energia elétrica no País a partir do início da próxima década, em face da situação aflitiva por que passa o setor.

S. 30.03 — *DANC* 31.03 — p. PO

Sesquicentenário do Arquivo Nacional. Necessidade de posicionamento do Legislativo sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

S. 08.04 — *DANC* 09.04 — p. 9257 PE

Encaminhamento de votação.

S. 14.04 — *DANC* 15.04 — p. 9466 EV

Transcurso do centenário de nascimento do escritor Demócrito Rocha; a propósito, lê editorial do jornal “O Povo”, sob o título “Combatente da

Liberdade”. Protesto contra a extinção da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos.

S. 15.04 — *DANC* 16.04 — p. 9573 PE

Apreensão da comunidade universitária com a extinção da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura da Universidade do Ceará.

S. 25.04 — *DANC* 26.04 — p. 9839 PE

Recusa, pelo ministro da Fazenda, de assinatura de convênio com o Banco Mundial para combate a doença no País, especificamente no Nordeste.

S. 02.05 — *DANC* 03.05 — p. 10145 PE

Inconvenientes da radicalização na discussão dos temas ligados à reforma agrária na Assembléia Constituinte.

S. 04.05 — *DANC* 05.05 — p. 10238 PO

Equívoco cometido pelo Constituinte Luiz Salomão ao citá-lo, no lugar do ex-Deputado Lúcio Bittencourt, como autor de iniciativa em relação a ações ao portador, durante encaminhamento de votação da Emenda nº 1.120, referente à emissão de ações (Sistema Financeiro Nacional).

S. 11.05 — *DANC* 12.05 — p. 10383 PO

Encaminhamento de votação, em primeiro turno, do Projeto de Constituição — Título VII, Capítulo IV, Emenda nº 1.632, do Constituinte Vivaldo Barbosa, ao art. 228 (Sistema Financeiro Nacional — Âmbito de atuação das instituições financeiras).

S. 11.05 — *DANC* 12.05 — p. 10379 EV

8 de maio — Dia Mundial da Cruz Vermelha.

S. 16.05 — *DANC* 17.05 — p. 10401 PO

Pesar pelo falecimento do Senador Virgílio Távora.

S. 03.06 — *DANC* 04.06 — p. 11058 PE

“Refinaria. Novas razões de sua localização no Ceará”, documento produzido pela Universidade Federal do Ceará.

S. 09.06 — *DANC* 10.06 — p. 11166 PE

Importância da utilização da *stevia* na fabricação de refrigerantes dietéticos.

S. 22.06 — *DANC* 23.06 — p. 11531 PE

Posição do Sr. Ministro, Mailson da Nóbrega, da Fazenda, quanto ao desenvolvimento do cooperativismo de crédito.

S. 23.06 — *DANC* 24.06 — p. 11579 PE

Inconvenientes da cobrança trimestral do Imposto de Renda.

S. 29.06 — *DANC* 30.06 — p. 11741 PE

Necrológio do professor e historiador cearense Raimundo Girão.

S. 25.07 — *DANC* 26.07 — p. 11998 PE

Inserção nos Anais de nota de autoria do orador publicada pela imprensa de Fortaleza, Ceará, sob o título “Carta a todos os fortalezenses”.

S. 26.07 — *DANC* 27.07 — p. 12038 PE

Telex do presidente da Associação Nordestina de Avicultura, Antônio Cleber Uchoa Cunha, ao secretário adjunto de Preços e Produtos Agrícolas, Victor Pelegrini, a propósito da crise na avicultura do Nordeste.

S. 28.07 — *DANC* 29.07 — p. 12208 PE

Encaminhamento de votação, em segundo turno, do Projeto de Constituição — Título II, Capítulo I, reunião das Emendas nºs 1.190 (Lúcio Alcântara — Destaque 746), 677 (José de Sá — Destaque 972), 1.424 (Pedro Canedo — Destaque 1.087) e 1.161 (Geraldo Alkmin Filho — Destaque 1.543), que suprimem expressões do *caput* do art. 5º (direitos de brasileiros e estrangeiros residentes no País).

S. 28.07 — *DANC* 29.07 — p. 11221 EV

Inconveniência da proteção à economia agrícola em detrimento da defesa do consumo de proteína animal.

S. 02.08 — *DANC* 03.08 — p. EV

Encaminhamento de votação.

S. 23.08 — *DANC* 24.08 — p. EV

Realização, pela Fundação Demócrito Rocha, da Exposição de Culturas Efêmeras, com o lançamento dos livros “Demócrito Rocha — Uma Vocação para a Liberdade”, de autoria de Paulo Bonavides, e “A História do Ceará passa por essa Rua”, coordenado por Rogaciano Leite Filho.

S. 24.08 — *DANC* 25.08 — p. PE

Solidariedade aos portugueses pela tragédia do incêndio que destruiu acervo histórico e cultural de Portugal.

S. 26.08 — *DANC* 27.08 — p. PE

Solidariedade ao povo português em face da ocorrência de incêndio que destruiu parte do centro de Lisboa. Editorial do jornal *O Globo*, “Um Dever de Irmãos”.

S. 27.08 — *DANC* 28.08 — p. PE

O fim dos partidos políticos como consequência da aprovação da emenda em votação.

S. 26.08 — *DANC* 27.08 — p. PO

PROJETOS APRESENTADOS

Ano 1988

IDENTIFICAÇÃO

RIC 00072 — 1988 — Requerimento de informação (CD)

Solicita informação ao Poder Executivo sobre aplicações do Finor no Estado do Ceará

IDENTIFICAÇÃO

RIC 00073 — 1988 — Requerimento de informação (CD)

Solicita informações ao Poder Executivo sobre recursos concedidos pelos BNDES a empresas que atuam no Ceará

IDENTIFICAÇÃO

PL — 00878 — Projeto de Lei (CD)

Dispõe sobre documentos sigilosos

IDENTIFICAÇÃO

PLP 00029 — 1988 — Projeto de Lei Complementar (CD)

Dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis e determina outras providências

Ano 1987

IDENTIFICAÇÃO

PL — 00203 — 1987 — Projeto de Lei (CD)

Dispõe sobre a criação da Universidade Nacional de Ensino à Distância



ENCAMINHAMENTO DE PROPOSIÇÕES

(Seplan).

INDEXAÇÃO Solicitação, informação, Executivo, (BNDES), esclarecimentos, total, recursos financeiros, concessão, empresa, estado, (CE), previsão, liberação.

ÚLTIMA AÇÃO

Mesa Mesa Diretora

01 08 1988 (CD) Mesa Diretora

Remessa ao Dep. Homero Santos, Primeiro Vice-Presidente.

TRAMITAÇÃO

24 02 1988 (CD) Plenário (Plen)

Apresentação do Requerimento pelo Dep. *Lúcio Alcântara*.

DCNI 25 02 88 pág. 0239 col 03.

01 08 1988 (CD) Plenário (Plen)

Leitura e publicação da matéria.

PL. 002031987 Documento 3 de 5

IDENTIFICAÇÃO

Número na origem: PL. 00203 1987 Projeto de Lei (CD)

Órgão de origem: Câmara dos Deputados 19-08 1987

Câmara: PL. 00203 1987

AUTOR

EMENTA

Deputado: *Lúcio Alcântara*. PFL CE

Dispõe sobre a criação da Universidade Nacional de Ensino à Distância.

INDEXAÇÃO

Normas, Criação, Funcionamento, Administração, Universidade, Inexistência, Exigência, Presença, Aluno, Frequência, Estudante, Sede, Capital Federal, Objetivo, Pesquisa, Divulgação, Ensino, Utilização, Meios de Comunicação, Rádio, Televisão, Correspondência, Fita Magnética.

DESPACHO INICIAL

- (CD) Comissão Constituição Justiça (CCJ)
- (CD) Comissão Educação e Cultura (CEC)
- (CD) Comissão de Finanças (CF)

ÚLTIMA AÇÃO

SBRTA Sobrestada
12 03 1987 (CD) Mesa Diretora
Sobrestada nos termos do art. 7º do Ato da Mesa 01/87, de 12 de março de 1987.

TRAMITAÇÃO

19 08 1987 (CD) Plenário (Plen)
Apresentação do projeto pelo Dep. *Lúcio Alcântara*.
DCNI 20 08 87 pág. 2529 col. 02.
19 08 1987 (CD) Mesa Diretora
Despacho a CCJ, CEC e CF.
19 08 1987 (CD) Plenário (Plen)
Leitura e publicação da matéria.
DCNI 20 08 87 pág. 2511 col. 01.

PL. 008781988 Documento 4 de 5

IDENTIFICAÇÃO

Número na origem: PL. 00878 1988 Projeto de Lei (CD)
Órgão de origem: Câmara dos Deputados 12 09 1988
Câmara: PL. 00878 1988
Deputado: *Lúcio Alcântara*. PFL CE

AUTOR

EMENTA

Dispõe sobre documentos sigilosos.
(Classificando-os em quatro categorias, ultra-secreto, secreto, confidencial, reservado, fixando o prazo de divulgação e suas restrições.)

INDEXAÇÃO

Normas, tratamento, assuntos sigilosos, objetivo, interesse, governo, proteção, eficácia, direitos e garantias individuais, conhecimento, divulgação, história, País.
Normas, classificação, documento sigiloso, documento ultra-secreto, documento secreto, documento confidencial, documento reservado, necessidade, segurança, avaliação, prejuízo, divulgação, interesse nacional, interesse particular, entidade.
Fixação, prazo, restrição, acesso, público, assuntos sigilosos.

IDENTIFICAÇÃO

Número na origem: RIC 00072 1988 Requerimento Informação (CD)

Órgão de origem: Câmara dos Deputados 01 08 1988

Câmara: RIC 00072 1988

AUTOR EMENTA

Deputado *Lúcio Alcântara*. PFL CE

Solicita informações ao Poder Executivo sobre aplicações do Finor no Estado do Ceará.

(Informações.)

(Ministério do Interior.)

IDENTIFICAÇÃO

Solicitação, informação, Executivo, (Minter), (Sudene), total, aplicação financeira, concessão, (Finor), empresa, estado, (CE), previsão, liberação, recursos financeiros.

ÚLTIMA AÇÃO

Mesa Mesa Diretora

01 08 1988 (CD) Mesa Diretora

Remessa ao Dep. Homero Santos, Primeiro Vice-Presidente.

TRAMITAÇÃO

24 02 1988 (CD) Plenário (Plen)

Apresentação do requerimento pelo Dep. *Lúcio Alcântara*.

DCNI 25 02 88 pág. 0239 col. 03.

01 08 1988 (CD) Plenário (Plen)

Leitura e publicação da matéria.

RIC000731988 Documento 2 de 5

IDENTIFICAÇÃO

Número na origem: RIC 00073 1988 Requerimento Informação (CD)

Órgão de origem: Câmara dos Deputados 01 08 1988

Câmara: RIC 00073 1988

AUTOR EMENTA

Deputado: *Lúcio Alcântara*. PFL CE

Solicita informações ao Poder Executivo sobre recursos concedidos pelo BNDES a empresas que atuam no Ceará.

(Informações.)

(Seplan.)

IDENTIFICAÇÃO

Solicitação, informação, Executivo, (BNDES), esclarecimentos, total, recursos financeiros, concessão, empresa, estado, (CE), previsão, liberação.

ÚLTIMA AÇÃO

Mesa Mesa Diretora
01 08 1988 (CD) Mesa Diretora
Remessa ao Dep. Homero Santos, Primeiro Vice-Presidente.

TRAMITAÇÃO

24 02 1988 (CD) Plenário (Plen)
Apresentação do requerimento pelo Dep. *Lúcio Alcântara*.
DCNI 25 02 88 pág. 0239 col. 03.
01 08 1988 (CD) Plenário (Plen)
Leitura e publicação da matéria.

PL. 002031987 Documento 3 de 5

IDENTIFICAÇÃO

Número na origem: PL. 00203 1987 Projeto de Lei (CD)
Órgão de origem: Câmara dos Deputados 19 08 1987
Câmara: PL. 00203 1987

AUTOR

EMENTA

Deputado: *Lúcio Alcântara* PFL CE
Dispõe sobre a criação da Universidade Nacional de Ensino à Distância.

INDEXAÇÃO

Normas, criação, funcionamento, administração, universidade, inexistência, exigência, presença, aluno, frequência, estudante, sede, Capital Federal, objetivo, pesquisa, divulgação, ensino, utilização, meios de comunicação, rádio, televisão, correspondência, fita magnética.

DESPACHO INICIAL

(CD) Comissão Constituição Justiça (CCJ)
(CD) Comissão Educação Cultura (CEC)
(CD) Comissão de Finanças (CF)

ÚLTIMA AÇÃO

SBRTA Sobrestada
12 03 1987 (CD) Mesa Diretora
Sobrestada nos termos do art. 7 do Ato da Mesa 01/87, de 12 de março de 1987.

TRAMITAÇÃO

19 08 1987 (CD) Plenário (Plen)
Apresentação do projeto pelo Dep. *Lúcio Alcântara*.
DCNI 20 08 87 pág. 2529 col. 02.
19 08 1987 (CD) Mesa Diretora
Despacho a CCJ, CEC e CF.
19 08 1987 (CD) Plenário (Plen)
Leitura e publicação da matéria.
DCNI 20 08 87 pág. 2511 col. 01.

PL. 008781988 Documento 4 de 5

Conhecimento, divulgação, história, País.
Normas, classificação, documento sigiloso, documento ultra-secreto, documento secreto, documento confidencial, documento reservado, necessidade, segurança, avaliação, prejuízo, divulgação, interesse nacional, interesse particular, entidade.
Fixação, prazo, restrição, acesso, público, assuntos sigilosos, competência, presidente da República, prorrogação, hipótese, segurança nacional.
Competência, administração pública, reclassificação, documento sigiloso.
Exclusão, regulamentação, documento, defesa externa, relações diplomáticas.
Competência, Judiciário, determinação, exibição, documento sigiloso, defesa, direitos, esclarecimento, situação, parte.

DESPACHO INICIAL

(CD) Comissão Constituição Justiça (CCJ)
(CD) Com. de Comunicação e Informática (CCI)

ÚLTIMA AÇÃO

TRCOM em tramitação nas comissões
12 09 1988 (CD) Plenário (Plen)
Leitura e publicação da matéria.
DCNI 13 09 88 pág. 2938 col 02.

TRAMITAÇÃO

23 08 1988 (CD) Plenário (PLEN)
Apresentação do projeto pelo Dep. *Lúcio Alcântara*.
DCNI 24 08 88 pág. 2906 col. 01.
12 09 1988 (CD) Mesa Diretora
Despacho a CCJ e CCI.

IDENTIFICAÇÃO

Número na origem: PLP 00029 1988 Projeto Lei Complementar (CD)

Órgão de origem: Câmara dos Deputados 18 10 1988

Câmara: PLP 00029 1988

AUTOR

EMENTA

Deputado: *Lúcio Alcântara. PFL CE*

Dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, e determina outras providências.

(Complementando dispositivos da nova Constituição Federal).

INDEXAÇÃO

Normas, elaboração, redação, alteração, consolidação, numeração, revogação, publicação, leis, lei complementar, lei ordinária, lei delegada, decreto-lei federal, medidas legais, caráter provisório, resolução, ato administrativo, ato normativo.

Definição, técnica legislativa, composição, leis.

Obrigatoriedade, declaração, explicitação, revogação, derrogação, legislação.

Competência, Mesa Diretora, Câmara dos Deputados, Senado, Congresso Nacional, recusa, tramitação, projeto de lei, devolução, autor, descumprimento, normas.

Prazo, normas, revisão, atualização, ordenação, consolidação, leis, decreto-lei federal, observação, vinculação, assunto, conteúdo, competência, órgãos, subordinação, Presidência da República, ministros, entidade, administração indireta, encaminhamento, projeto de lei, Congresso Nacional.

Competência, Mesa Diretora, Congresso Nacional, início, Legislação, publicação, consolidação, lei federal, inclusão, emenda constitucional, leis, decreto legislativo, resolução, ordenação, indexação.

Competência, Executivo, publicação, decreto federal, ato, ato administrativo, ato normativo, consolidação, leis, unificação, alteração, prioridade, legislação tributária.

Fixação, início, série de números, leis, vigência, lei complementar.

DESPACHO INICIAL

(CD) Comissão Constituição Justiça (CCJ)

ÚLTIMA AÇÃO

TRCOM em tramitação nas comissões

18 10 1988 (CD) Plenário (Plen)

Leitura e publicação da matéria.

TRAMITAÇÃO

18 10 1988 (CD) Plenário (Plen)

Apresentação do projeto pelo Dep. *Lúcio Alcântara*.

18 10 1988 (CD) Mesa Diretora

Despacho a CCJ.

Composto e impresso pelo
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
Praça dos Três Poderes s/nº
CEP 70160 — Brasília, Distrito Federal
OS 9083/88 — Março/89

